

**PROCESSO** - A. I. Nº 206952.0548/05-0  
**RECORRENTE** - CAWE S COMÉRCIO LTDA. (BÁSICO)  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 3ª JJF nº 0107/03/06  
**ORIGEM** - INFAZ VAREJO  
**INTERNET** - 18/04/2007

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0087-11/07

**EMENTA:** ICMS. EMISSÃO DE DOCUMENTOS EXTRA-FISCAIS EM SUBSTITUIÇÃO AO DOCUMENTO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Não havendo controvérsia acerca da emissão de notas de conferência em substituição aos documentos fiscais exigidos em Lei, pois o contribuinte limitou-se a alegar a ausência de dolo no cometimento do ilícito tributário, deve ser confirmada a Decisão que julga procedente em parte a exação, apenas para excluir do imposto devido o crédito presumido conferido aos estabelecimentos enquadrados no Sim-Bahia. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso Voluntário interposto contra a Decisão proferida pela 3ª JJF (Acórdão JJF nº 0107-03/06), que julgou parcialmente procedente o Auto de Infração acima indicado, lavrado em desfavor do recorrente, tendo em vista a apuração da seguinte irregularidade:

*“Falta de emissão de documentos fiscais nas operações de saídas de mercadorias para consumidor final, conforme apreensão de 10 (dez) talonários de notas de conferência, referente ao período de 13/01/2005 a 26/02/2005, com 50 (cinquenta) notas cada, o que determina um total de 500 (quinhentas) notas que registraram saídas de produtos diversos da área de informática, resultando em uma base de cálculo de R\$ 10.928,95, com um ICMS no valor de R\$ 1.857,92, calculado à alíquota de 17%, além dos acréscimos legais.”*

A Decisão recorrida reduziu o imposto devido ao montante de R\$ 983,61, tendo em vista a consideração do crédito 8%, por se tratar de empresa inscrita no SIMBAHIA.

O contribuinte, inconformado, interpôs o Recurso Voluntário de fls. 58/59, aduzindo, em síntese, que não tinha intenção de cometer qualquer ilícito e que se compromete em não mais cometer a infração apontada na autuação. Requer, ao final, a dispensa da multa aplicada e o Provimento do apelo apresentado.

Em seu parecer opinativo, o ilustre representante da PGE/PROFIS pugna pelo improvimento do Recurso Voluntário interposto, pois inexistente nos autos qualquer prova capaz de afastar a legalidade da cobrança constante do lançamento de ofício.

## VOTO

Como curial, o direito tributário tem como um de seus princípios o da interpretação objetiva do fato gerador. Em razão dele, dispõe, o CTN, que a obrigação tributária nasce com a simples ocorrência do fato gerador, sendo desnecessária qualquer análise acerca de aspectos subjetivos do sujeito passivo, tais como sua capacidade civil ou intenção.

Assim, impossível o acolhimento da tese recursal, na qual o recorrente debruça-se sobre aspectos subjetivos quanto ao cometimento da infração, limitando-se a aduzir que não tinha o intuito de

praticar qualquer ilicitude, alegação que é absolutamente ineficaz no desiderato de afastar a cobrança engendrada por conduto do presente lançamento de ofício.

No caso em apreço, inexistente controvérsia acerca da comercialização de produtos tributáveis por parte do recorrente sem o recolhimento do imposto devido, pois a própria contribuinte confessa que passou a emitir, no lugar do competente documento fiscal, meras notas de conferência, deixando de submeter à tributação as saídas dos produtos comercializados.

Nada obstante, o Auto de Infração preenche os requisitos previstos em lei e o imposto foi calculado levando em consideração exclusivamente os produtos tributáveis, excluindo-se os imunes e os valores recebidos pelo recorrente em razão de serviços prestados. A par disso, a Decisão invecivada reconheceu, acertadamente, o direito ao crédito de 8%, por se tratar de empresa então enquadrada no regime simplificado de tributação (SIMBAHIA), não merecendo, portanto, qualquer censura.

Por derradeiro, no que concerne à multa aplicada, o percentual encontra amparo no art. 42, IV, “a”, da Lei nº 7.014/96, não sendo competente, esta Câmara de Julgamento Fiscal, para afastar a sua incidência. O pedido de dispensa da multa deverá ser formulado frente à Câmara Superior deste Conselho, atendidos a forma e os requisitos prescritos no art. 159, do RPAF.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Voluntário.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206952.0548/05-0**, lavrado contra **CAWE S COMÉRCIO LTDA. (BÁSICO)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$983,61**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de março de 2007.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

FÁBIO DE ANDRADE MOURA – RELATOR

LEILA VON SOHSTEN RAMALHO - REPR. DA PGE/PROFIS